



SINDICATO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES  
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa  
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469  
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

SINDICATO  
DOS TRABALHADORES  
DO MUNICÍPIO DE LISBOA



Rua de S. Lázaro, 66 1º Dtº 1150-333 Lisboa  
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29  
stml@stml.pt



Plenário Nacional – STAL / STML - 20 de Setembro de 2013 – Casa do Alentejo

---

## RESOLUÇÃO

---

### COMBATER O RETROCESSO SOCIAL

## Lutar pelo emprego, pelas 35 horas, pelos direitos e salários

O governo e os partidos da maioria têm propagandeado, com grande regozijo, uma suposta retoma da economia, baseando-se num dos últimos relatórios da OCDE que aponta para o abrandamento do ritmo da recessão em que o nosso país está mergulhado, fazendo unicamente uma análise comparativa entre o primeiro e o segundo trimestre de 2013.

Mais uma vez, com o apoio dos habituais «fazedores de opinião» na comunicação social, tentam enganar os trabalhadores e o povo português, porquanto essa análise deveria ser efectuada sobre os nove trimestres seguidos em que o PIB registou quedas sucessivas em cadeia.

Para os trabalhadores e para o povo, aquilo a que assistimos está muito longe de poder ser considerado o início da retoma da nossa economia, com tudo o que isso significa de crescimento sustentado da produção, com mais e melhor emprego, melhores salários e melhores condições de vida da nossa população.

No entanto, bastou um trimestre em que o PIB variou positivamente, por razões sazonais, e uma campanha eleitoral para as autarquias para que o governo procurasse fazer esquecer as quedas acumuladas ao longo desse período, como se de um momento para o outro os trabalhadores e o povo português ultrapassassem os efeitos devastadores da conjugação de 2 anos de política da *troika* nacional (PS/PSD/CDS-PP) com a estrangeira (CE/BCE/FMI).

Esta conjugação de políticas neoliberais levou a que em apenas 2 anos de governo PSD/CDS-PP se registasse um recuo de 12 anos em termos da riqueza criada no nosso país, ao mesmo tempo que o desemprego real se aproxima de um milhão e quinhentos mil (a taxa de desemprego subiu de 12,1% para 16,4%) e se agrava cada vez mais o desequilíbrio na distribuição do rendimento, com cortes sucessivos nos salários e pensões e aumento da carga fiscal sobre trabalhadores, reformados e pensionistas e, em sentido contrário, a protecção escandalosa ao capital explorador e a ajuda (absolutamente escandalosa!) ao enriquecimento do sector financeiro.

Foram destruídos mais 400 mil postos de trabalho, mais de 50 mil dos quais na Administração Pública, incluindo entre 20 e 30 mil na Administração Local, o PIB teve uma queda de 5,8%, o investimento caiu em 24,5%, a procura Interna caiu cerca de 12,4% e os salários reais tiveram uma quebra de cerca de 9% em toda a nossa economia e de mais de 20% só no sector público.

Se dúvidas houvesse sobre o embuste quanto ao carácter não sustentado da suposta retoma económica e os verdadeiros objectivos do Governo, facilmente seriam desmontados com o recente anúncio de prosseguir as medidas de política acordadas com a *troika*, nomeadamente o ataque aos trabalhadores da Administração pública e aos reformados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, aos trabalhadores, à escola pública e ao Poder Local Democrático, o que prova que a maioria PSD/CDS-PP não procura a criação de condições

que levem à reanimação sustentada da procura interna e ao crescimento do PIB, antes insiste no cumprimento das suas políticas e no famigerado memorando da *troika* e tudo o que ele representa de destruição da nossa economia.

O Governo continua a procurar impor ferozmente uma política de devastação dos direitos dos trabalhadores, reformados e pensionistas, ao mesmo tempo que destrói as funções sociais do Estado e os serviços públicos essenciais, arrastando o país para o caos.

Porque só a luta determinada e solidária de todos conseguirá travar e inverter este caminho destruidor, o Plenário Nacional do STAL e STML considera que se reforçam os imperativos de luta e resistência, assumindo por isso o combate e a rejeição desta política e a sua natureza persecutória, e lutar:

- Pelas 35 horas semanais e 7 diárias;
- O aumento dos salários;
- Contra o roubo dos direitos sociais e laborais conquistados durante décadas através da luta organizada dos trabalhadores;
- Contra o desmantelamento e esvaziamento dos serviços municipais;
- Defender o emprego, os serviços públicos e o Poder Local Democrático;
- Defender as funções sociais do Estado, nomeadamente a educação, a saúde e a segurança social;
- A defesa do direito à água e áreas do ambiente como serviços públicos essenciais;

Assume, ainda, desde já como prioritário o envolvimento de toda a estrutura sindical na mobilização dos trabalhadores para:

- A grande **acção de luta nacional**, convocada pela CGTP-IN, a realizar em **19 de Outubro em Lisboa**, para a qual desenvolverá as mais diversas formas de esclarecimento em defesa das 35 horas e do emprego em todos os locais de trabalho;
- Dar resposta ao roubo do feriado do **dia 5 de Outubro** (dia da República), sob as mais diversas formas;
- Fazer do **1 de Outubro** (data do **43.º aniversário da CGTP-IN**) um **dia de luta** e de sindicalização;
- Participarem **na manhã do dia 25 de Setembro** numa **acção** de activistas sindicais do STAL e STML **junto ao Ministério do Ambiente**;
- Participarem na **jornada nacional de protesto contra os cortes nas pensões, no dia 25 de Setembro**, em Lisboa, convocada pela frente de trabalho dos aposentados da Frente Comum;
- Participar activamente nas acções que venham a ser convocadas pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, em defesa do emprego, dos serviços públicos e do Estado democrático;
- Promover uma Petição à Assembleia da República a **exigir a revogação da lei 68/2013**, de 29 de Agosto (**aumento do horário de trabalho**), e recolher **até dia 19 de Outubro** o máximo de assinaturas;
- **Apoiar as acções que venham a ser desenvolvidas** nos diversos locais de trabalho em torno:
  - **Da defesa do horário de trabalho de 35 horas semanais e sete diárias;**
  - **Da defesa do emprego e dos salários;**
  - **Da negociação de Acordos Colectivos de Entidade Empregadora Pública;**
  - **Da defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos.**

Lisboa, 20 de Setembro de 2013

O Plenário do STAL e STML